

## **8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**

**28 de junho de 2017**

### **Ata da Sétima Sessão Extraordinária**

Às vinte e uma horas e dois minutos, do dia vinte e oito do mês de junho, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Zé Roberto, Primeiro-Secretário, e Nilton Franco, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, José Bonifácio, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Paulo Mourão, Stalin Bucar, Valdemar Júnior e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente,

com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a sessão subsequente. Não havendo Expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Requerimentos que receberam os números 1.496 e 1.497. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ponte Alta do Tocantins a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 41/2017; 5/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Miracema do Tocantins o uso das instalações físicas que especifica”, que deu origem ao Processo número 82/2016; 23/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “acrescenta o parágrafo único ao art. 1º da Lei número 2.755, de 28 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd”, que deu origem ao Processo número 242/2016; 44/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar à Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A – Fomento, a área de terreno urbano que especifica, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 39/2016; 1/2017, de autoria do

Senhor Deputado Elenil da Penha, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Alberto Sevilha”, que deu origem ao Processo número 21/2017; 3/2017, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao cel. PM Luiz Cláudio Gonçalves Benício”, que deu origem ao Processo número 22/2017; 49/2017, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, que “modifica o inciso XI do artigo 5º da Lei número 1.758 de 2 de janeiro de 2007, para adequá-la ao artigo 53 da Constituição do Estado, incisos I e V, § 3º, e acrescenta o inciso XI-A”, que deu origem ao Processo 60/2017; 67/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor José Francisco da Silva Concesso”, que deu origem ao Processo 80/2017; 71/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Murilo da Costa Machado”, que deu origem ao Processo 97/2017; 42/2017, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “dispõe sobre a proibição de corte no fornecimento de energia elétrica, água, telefone e gás, nos horários e dias determinados, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 51/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Omar Hennemann”, que deu origem ao Processo número 72/2017; 61/2017, de autoria do Senhor Deputado

Rocha Miranda, que “institui o Passeio Ciclístico Ecológico de Araguatins a São Bento do Tocantins, como evento do calendário turístico oficial do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 77/2017; 97/2017, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “altera a Lei número 3.002, de 15 de setembro de 2015, que Institui o Programa de Aposentadoria Incentivada aos membros e aos integrantes do quadro de servidores Efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo 73/2017; 8/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre o direito à amamentação de bebês e crianças nos estabelecimentos públicos e privados do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 16/2017; 24/2013, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que “institui a Semana Estadual de Doação de Leite Materno, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2013; 307/2016, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de execução do Hino Nacional em escolas públicas e privadas de ensino fundamental”, que deu origem ao Processo número 300/2016; e 266/2016, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que “dispõe sobre a proibição de

comercialização de materiais de pesca de emalhar às pessoas que não sejam licenciadas, nos termos de Legislação Federal e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 178/2016; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi solicitado, pelos Senhores Deputados Elenil da Penha e Wanderlei Barbosa, a retirada a pauta da Ordem do Dia o Projeto de Lei número 247/2016, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de aparelho desfibrilador externo automático em locais que designa e que tenham concentração/circulação média diária de 1.500 (mil e quinhentas) ou mais pessoas no Estado do Tocantins, que deu origem ao Processo número 148/2016; o qual, foi deferido. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 4/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “cria a Escola do Legislativo e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 136/2017, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 331, de 28 de junho de 2017. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

***1º Secretário***

***Presidente***

***2º Secretário***